



FREGUESIA
NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES

Município de Braga

PONTO 1

**Apreciação e votação da Ata n.º 21/2017
– Mandato de 2013-2017,
da Sessão Ordinária de 04 de Maio de 2017**

Ata Número 21/2017
Mandato de 2013-2017

----- Aos 04 dias do mês de Maio de 2017, pelas 21H30, no Edifício Sede da Freguesia de Nogueira Fraião e Lameações, sito na Rua do Agrelo, n.º17 – Nogueira – 4715-156 Braga, Concelho e Distrito de Braga reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia sob a presidência de Carlos Eurico Dourado Teixeira Leite, com a assistência de Elisabete Pinheiro Teixeira, como Primeiro Secretário, e de Ana Daniela Oliveira Pereira, como Segundo Secretário.

----- **Maioria Legal.** – O Presidente da Assembleia comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença dos membros da **Coligação Juntos por Braga (PPD/PSD-CDS/PP-PPM)**, Hélder Duarte Pinheiro Teixeira, Anabela Pires Ribeiro Teixeira Romão e de Eduardo Filipe Barbosa de Araújo; do **Partido Socialista (PS)**, Alberto Barroso Afonso, Susana Rafaela Ferreira Leite, Teresa Maria da Silva Ferreira, Joana Maciel Ferreira da Costa e Luís Carlos Ferreira Fernandes, em substituição de Francisco Augusto Martins Ferreira; da **Coligação Democrática Unitária (CDU)** Bárbara Seco de Barros; e da **Cidadania Em Movimento (CEM)** André Manuel Gomes de Matos, em substituição de Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues.-----

----- **O Presidente da Assembleia** de Freguesia abriu a sessão e antes de iniciar o período aberto ao público informou de que, tal como havia assumido na sessão anterior, tinha confirmado de que a presente reunião tinha sido publicitada nos jornais. Nada mais acrescentando, iniciou o **período aberto ao público** perguntando se havia alguém interessado em fazer a sua inscrição para poder intervir, tendo-se apresentado os cidadãos José Barbosa Ferreira e Manuel Pereira Silva. -----

----- O senhor José Barbosa Ferreira pediu a palavra para ler, em voz alta, o DOC. 1 (que se encontra em anexo), e não acrescentou mais nada a esta intervenção. -----

----- Em resposta às afirmações feitas no referido documento, o Presidente da Assembleia disse que, relativamente à pergunta que lhe havia sido dirigida, não era do seu conhecimento de que tivesse havido qualquer proposta de alteração da heráldica, e, não tendo mais nada a acrescentar passou a palavra à Presidente da Junta que disse que quem iria responder às questões levantadas seria o Tesoureiro da Junta mas, no entanto, gostaria de esclarecer algumas considerações tecidas pois sentia-se ofendida na sua dignidade. Assim, disse que não aceitava as acusações que lhe haviam sido feitas, à forma como trata as pessoas pois não fala, nem nunca falou com animosidade para ninguém, ao contrário do Sr José Barbosa, ele sim, fala com rancor quando se dirige a si. Disse tratar todas as pessoas de forma igual, com cordialidade, delicadeza e educação, pois todos lhes merecem respeito e consideração. Terminou dizendo que poderia falar com qualquer cidadão que havia sido atendido por si, que qualquer um confirmaria estas afirmações. -----

----- Terminada esta exposição, João Marques, Tesoureiro da Junta, dirigiu-se à Assembleia cumprimentando os presentes e, relativamente ao que havia sido exposto pelo cidadão José Barbosa disse que: -----

----- 1) A ausência da fotografia do Sr Francisco Ferreira junto dos restantes ex Presidentes da Junta de Nogueira, é da exclusiva responsabilidade do próprio Sr Francisco, pois

apesar dele próprio já lhe ter solicitado, por várias vezes, o fornecimento de uma fotografia para lá ser colocada, ele simplesmente ainda não o fez. Para provar o que dizia, convidou o Sr José Barbosa a olhar com atenção para a parede onde se encontram as restantes fotografias e verificar que o espaço já está preparado para a colocação da fotografia em falta;-----

----- 2) No que respeita à heráldica, disse que o símbolo representativo da Freguesia que atualmente é utilizado não é a heráldica da Freguesia mas trata-se apenas de uma marca comercial e de imagem da união das Freguesias. Explicou que, com a extinção das Freguesias, os seus símbolos heráldicos também foram extintos (de acordo com a legislação em vigor) e, nesse sentido a utilização dos mesmos em representação de uma nova entidade – união de freguesias – não faz sentido. Disse que a opção do Executivo foi a de aguardar pela consolidação do conceito de *união de freguesias* para se avançar com o processo da nova heráldica desta união de freguesias, uma vez que, como o processo é bastante dispendioso, seria imprudente avançar com ele no início do mandato, para depois “ele cair” se houvesse a inversão das uniões. Concluiu dizendo que, atualmente, o conceito das uniões já parece estar consistente pelo que só a partir de agora fará sentido avançar-se com a nova heráldica; -----

----- 3) Relativamente à questão da água do Barral disse que o assunto já era muito antigo, que o atual Executivo da Junta já tinha identificado a situação e conseguiu perceber o que se tinha passado. Assim, explicou que a água foi desviada por um residente local que assumiu claramente que como a anterior Junta nada fazia com as águas existentes, a tinha aproveitado em seu benefício. Apesar de ter sido informado de que não tinha esse direito, o facto é que o antigo Executivo de Nogueira não tem qualquer registo das águas pertencentes à Freguesia (contrariamente a Fraião e Lamações), pelo que se torna complicado provar a sua propriedade. Terminou dizendo que se estava a procurar uma solução para resolver esta questão; -----

----- 4) Acerca da Fonte da Quinta do Pregal, informou que a placa com a indicação de que a água não é controlada é uma imposição legal quando as águas efetivamente não o são. Confirmou que, a atual falta de água na fonte, deriva não só da existência de *raposinhos* mas também de uma rutura existente na canalização. Disse ainda, que a água foi cortada porque ao lado da fonte há um pequeno “lago” que se encontrava obstruído e que ao encher vertia a água para a rua e jardins envolventes; -----

----- 5) No que respeita ao tanque de Vila Nova, e apesar de se encontrar geograficamente na zona de Lomar – de acordo com a CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal) em vigor – informou de que ele é limpo mas não com a frequência desejada porque não tem uma utilização que assim o justifique (comparativamente com outros existentes). Terminou dizendo que será limpo, em cumprimento pelo plano de trabalho já estabelecido. -----

----- Terminadas as explicações, o Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra ao Sr Manuel Pereira Silva que questionou a Junta de Freguesia acerca dos passeios que estão a ser feitos na Rua do Pinheiro e da Igreja em Lamações, bem como a desorganização rodoviária provocada pelo estacionamento indevido e abusivo. -----

----- À questão levantada acerca dos passeios, a Presidente da Junta respondeu que eles serão feitos em toda a rua, desde que a largura da rua assim o permita, e reconheceu que há zonas em que não serão feitos pois não há espaço para os fazer. Para elucidar a Assembleia acerca dos tempos de execução dos mesmos, apresentou a calendarização prevista. No que respeita aos problemas rodoviários informou que a rua terá sinalização vertical e horizontal que, não sendo respeitada, terá que ser imposta pelos mecanismos legais ao seu cumprimento. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período Aberto ao Público e deu início ao **Período antes da ordem do dia**. Tendo-se dirigido a cada um dos porta-vozes dos partidos, perguntou se havia questões a levantar. -----

----- O Deputado Eduardo Filipe Barbosa de Araújo da **Coligação Juntos por Braga** pediu a palavra para levantar as seguintes questões: -----

----- 1) Pediu ao Executivo que averiguasse, junto do Município, acerca da legalidade da situação de uma habitação que está a ser construída na Rua Vitor Sá (Fraião), junto ao parque infantil existente (por trás do Ginásio *Holmes Place*) cujo acesso à garagem da habitação é feito subindo e atravessando o passeio e o jardim públicos e onde foi pintada uma área amarela em toda a zona circundante. Para uma melhor identificação do local, distribuiu umas fotografias da vivenda; -----

----- 2) Ainda naquela zona, na parte superior do parque infantil, disse observar, com mais frequência ao fim de semana, que o chão do parque de estacionamento aí existente serve de caixote de lixo das embalagens do MacDonald's dos condutores que aí estacionam. Perguntou se nada podia ser feito, pois para quem utiliza o parque infantil a situação é muito desagradável.

----- Em resposta às questões levantadas, a Presidente da Junta disse que: -----

----- 1) No que respeita à habitação e relativamente à localização do acesso à garagem, disse já ter feito diligências para apurar a legalidade da construção e nessa sequência ficou a saber – pelo Departamento da Fiscalização do Município – que o projeto da obra foi aprovado e autorizado pelo anterior Executivo Camarário exatamente da forma como está construído. Continuou dizendo que esta situação não era isolada e que todos os lotes a seguir a essa casa tinham as entradas pelo passeio; -----

----- 2) Relativamente à área pintada de amarelo, disse que iria questionar o Município pois as marcações para vigorarem têm que ser publicitadas em edital camarário e disse desconhecer a sua existência acerca das delimitações indicadas; -----

----- 3) Em relação ao lixo deixado no aparcamento, disse que esta situação já é conhecida pela Junta, sendo por isso que o funcionário da AGERE adstrito a essa zona faz a limpeza da mesma à segunda-feira de manhã. Acrescentou que iria solicitar a colocação de papeleiras na zona, embora entendesse que o problema era a falta de civismo e as papeleiras não iriam resolver a questão. -----

----- Terminados estes esclarecimentos, o Tesoureiro da Junta pediu a palavra para acrescentar que, relativamente à habitação referida, a sua proprietária foi ter com a Junta pois o seu projeto tinha a entrada da garagem mas não tinha qualquer acesso à mesma, bem como a casa tinha

uma zona avançada suspensão que tinha por baixo um jardim público que confinava com o passeio público. -----

----- Prestados todos os esclarecimentos, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Deputado André Manuel Gomes de Matos do **CEM**, que perguntou se o espaço envolvente da Fonte do Monte em Lamações iria ser limpo, pois encontra-se muito sujo não só com ervas mas também com lixo de obras. Perguntou ainda se o funcionário da AGERE não limpa as ervas nas ruas pois, por estes dias, viu o seu vizinho a limpá-las. Acrescentou ainda que lhe tinham dito que a Presidente da Junta tinha afastado o funcionário Sérgio da AGERE, e perguntou se era verdade. -----

----- Em resposta à primeira questão levantada, a Presidente disse que não sabia da existência do lixo referido na Fonte do Monte, mas admitiu que está sem carro há duas semanas e por isso está limitada na sua deslocação não percorrendo a freguesia diariamente como costuma fazer. Disse que iria averiguar a situação e acrescentou que o lixo de obras referido poderá ser da obra que está a ser feita na Rua do Pinheiro e na Rua da Igreja, uma vez que o empreiteiro solicitou à Junta a utilização do espaço envolvente para servir de apoio à obra. No que respeita à limpeza das ruas, ela é da responsabilidade dos funcionários da AGERE adstritos à Freguesia, que apesar de pertencerem à AGERE estão ao serviço da freguesia e é à freguesia que compete organizar o seu trabalho e zelar pela existência das condições necessárias à sua execução, bem como a verificação do mesmo. Assim, foi estipulado um plano de trabalho para os trabalhadores afetos a cada uma das localidades e em Fraião e Nogueira ele é cumprido, mas em Lamações não. Explicou que a falta de cumprimento deste plano resultará de uma série de situações que ocorreram, e que passou a descrever: quando o Executivo assumiu funções, o funcionário da AGERE que estava ao serviço em Lamações era o Sr. Sérgio, que cumpria as suas funções dentro do seu horário de trabalho. Como só trabalhava uma parte do dia e lhe sobrava muito tempo, ofereceu-se para trabalhar diretamente para a Junta, fora do horário que trabalhava para a AGERE. Como efetivamente havia muito trabalho, a Junta aceitou a oferta e explicou-lhe que o teria que fazer legalmente, emitindo recibos por contrapartida dos pagamentos. Ele aceitou e começou a trabalhar mas, quando lhe foram exigidos os recibos, começou a dizer que assim não valia a pena trabalhar. A Junta informou-o de que, efetivamente, não havia outra forma de poder trabalhar e para o fazer teria que emitir os respetivos recibos. Depois de os emitir, disse que não tencionava continuar a trabalhar diretamente para a Junta de Freguesia e desta forma e passou a trabalhar apenas como funcionário da AGERE. Desde este episódio começou a não cumprir as suas responsabilidades, desmazelando-se do seu trabalho e deixando a localidade Lamações suja e cheia de ervas. Nessa altura pediu-se ao responsável da AGERE que fosse supervisionar o seu trabalho e foi-nos transmitido que se lhe fosse entregue uma máquina de cortar as ervas ele manteria tudo limpo. A Junta adquiriu uma máquina e entregou-lha, mas utilização que o Sr. Sérgio lhe deu rapidamente a fez avariar. Quando isso aconteceu, começou a lançar boatos de que a máquina era de fraca qualidade, que havia sido adquirida na "Loja dos chineses" e que por isso avariou impedindo-o de fazer o seu trabalho. A máquina, que custou trezentos e tal euros, foi enviada para o fornecedor que, por sua vez, a enviou para a fábrica de origem reclamando a

sua avaria. Depois de analisar o equipamento, esta emitiu um relatório no qual é dito que a máquina avariou pela má utilização que lhe foi dada e, como tal, não assumia nem a sua substituição nem tão pouco a sua reparação a suas expensas. Perante isto, a Junta tomou uma posição e solicitou a substituição do Sr. Sérgio pois percebeu claramente que ele não tinha qualquer intenção de executar o seu trabalho com responsabilidade e o zelo exigíveis no seu desempenho. Esta substituição também não foi pacífica, pois apesar de haver um novo funcionário o trabalho continua a ser muito mal feito, o que se poderá explicar com o facto de o Sr. Sérgio (que está alocado à freguesia de Lomar) visitar com frequência o colega que o veio substituir. -----

----- Perante esta explicação, o Deputado André Manuel Gomes de Matos do **CEM** disse que essa situação era estranha porque quando foi Presidente da Junta nunca tinha tido qualquer problema com ele. Acrescentou ainda, que a história que "corria" em Lamações era a de que a Junta lhe queria pagar 3,00€/hora e ele recusou e então como consequência disso, foi solicitada a sua substituição. Terminou dizendo que reconhece que o valor em questão, para quem tem que emitir recibos, é realmente muito pouco. -----

----- A esta observação, o Tesoureiro da Junta disse que quando o Sr. Sérgio ofereceu os seus serviços foi devidamente informado da obrigatoriedade da emissão de recibos e do valor que a Junta estava disponível para lhe pagar, e aceitou. Por isso, não entende porque é que depois de aceitar a situação se insurgiu contra ela. Desta forma, o pedido da sua substituição foi a forma mais simpática de esta questão ser resolvida, pois se lhe é movido um processo disciplinar, provavelmente ele seria despedido. Terminou dizendo que o pedido de substituição do Sr. Sérgio ocorreu um ano após este terminar a prestação de serviços diretamente à Junta, o que significa que muitas foram as oportunidades dadas para que ele corrigisse o seu comportamento e mantivesse a mesma qualidade de trabalho que sempre manteve até ao momento em que ele rescindiu a prestação de serviços. -----

----- Terminado este esclarecimento, a Deputada Bárbara Seco de Barros da **CDU**, tendo constatado que há zonas na freguesia – da localidade de Nogueira – que estão muito sujas, solicitou um documento onde estivesse indicado o número de funcionários de limpeza e a indicação de quais pertencem à AGERE para, deste forma, ficar a perceber como é que a questão da limpeza funciona e saber quais as responsabilidades de cada uma das Entidades envolvidas (Junta/AGERE) e continuar a exigir, junto do Município a assunção de responsabilidades que lhe compete. -----

----- À questão indicada, o Tesoureiro da Junta explicou que, à semelhança do que existia antes da agregação de freguesias, cada uma das localidades continua a contar com apenas um funcionário (perfazendo os 3 no total) da AGERE, com competências de varredura e limpeza dos passeios, sendo que a manutenção e a limpeza dos espaços verdes são da responsabilidade da Junta de Freguesia. Perante esta situação, há a constatação evidente de que os 3 funcionários da AGERE são manifestamente insuficientes e não existe qualquer equidade na sua distribuição, pois não faz sentido que Nogueira (que em termos de área geográfica representa 54% do total da Freguesia) só tenha 1 funcionário (tal como Fraião e Lamações). Continuou dizendo que há

várias zonas da Freguesia que são limpas pelas designadas "brigadas de limpeza" da AGERE, mas que são insuficientes. Referiu ainda que, muitas vezes, são os colaboradores da Junta que fazem estas limpezas devido ao muito mau estado de algumas zonas. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, passou-se de imediato à Ordem do Dia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação e votação da Ata n.º 19 – Mandato de 2013-2017, da Sessão Ordinária de 28 de Dezembro de 2016 (DOC. 2 em anexo);** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação e votação da Ata n.º 20 – Mandato de 2013-2017, da Sessão Extraordinária de 02 de Março de 2017 (DOC. 3 em anexo);** -----

----- **Ponto 3 – Proposta n.º 1 – Revisão Orçamental n.º4 – Diminuição de dotação nas rubricas 07.01.04.01.05. Águas soltas na Travessa Pascoal Fernandes (Lamações) do Orçamento da Despesa e 10.05.01.01.08. Água soltas na Travessa Pascoal Fernandes (Lamações) do Orçamento da Receita (DOC. 4 em anexo);** -----

----- **Ponto 4 – Proposta n.º 2 – Revisão Orçamental n.º5 – Diminuição de dotação nas rubricas 07.01.04.01.03.01. Espírito Santo - 1.ª Fase (Nogueira) do Orçamento da Despesa e 10.05.01.01.03. Rede de águas pluviais Espírito Santo (Nogueira) - 1.ª fase do Orçamento da Receita (DOC. 5 em anexo);** -----

----- **Ponto 5 – Proposta n.º 3 – Apreciação e votação do Inventário e dos Documentos de Prestação de Contas de Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, relativos ao ano de 2016 (DOC. 6 em anexo);** -----

----- **Ponto 6 – Proposta n.º 4 – Revisão Orçamental n.º6 – Incorporação do saldo da gerência de 2016 na gerência de 2017 (DOC. 7 em anexo);** -----

----- **Ponto 7 – Informações da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Autarquia (DOC. 8 em anexo);** -----

----- **Ponto 8 – Outros assuntos.** -----

----- No ponto 1 da ordem de trabalhos – **Apreciação e votação da Ata n.º 19 – Mandato de 2013-2017, da Sessão Ordinária de 28 de Dezembro de 2016**, o Presidente da Assembleia perguntou a cada um dos grupos parlamentares se queriam fazer alguma observação à ata em análise e o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes do **PS** pediu a palavra para dizer que era seu entendimento de que as atas deveriam ser mais resumidas e que deveria haver um esforço no sentido de as sintetizar. Disse ainda que a ata em apreço não estava correta pois, no final da mesma, estava escrito que a ata havia sido aprovada em minuta e disse que não tinha votado a favor desta aprovação. -----

----- A Deputada Bárbara Seco de Barros da **CDU** pediu a palavra para solicitar um esclarecimento acerca da intervenção do Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes, ao que este explicou que na última sessão da Assembleia o Presidente da Mesa havia pedido a aprovação em minuta de alguns pontos da sessão e que isso não tinha acontecido porque ele se tinha manifestado contra essa aprovação. Fez ainda referência ao fato de os pontos da minuta não terem sido lidos em voz alta e por isso não se saber o que se estava a aprovar. -----

----- O Presidente da Assembleia acrescentou que apenas tinha solicitado a aprovação em minuta dos pontos que já tinham sido votados favoravelmente durante a sessão. -----

----- Perante estes esclarecimentos, a Deputada Bárbara Seco de Barros da **CDU** disse que cada ponto é aprovado individualmente e no final aprova-se a minuta dessa aprovação, não sendo necessário proceder à sua leitura em voz alta. -----

----- Ainda sobre esta questão, o Deputado Eduardo Filipe Barbosa de Araújo da **Coligação Juntos por Braga** disse que, no texto em análise, não é referida a votação do pedido de aprovação em minuta. -----

----- Avançando esta questão o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes do **PS** perguntou qual era a regra do pagamento das senhas de presença aos deputados e disse que queria que as senhas a que ele tem direito sejam entregues ao Centro Escolar de Lameações. A esta pergunta, o Tesoureiro da Junta disse que não havia uma regra específica para o pagamento das senhas e que a pretensão do senhor deputado não era possível satisfazer, pois ele teria que receber as senhas e depois entregá-las a quem entendesse. -----

----- Dando continuidade à sessão, e não havendo nada mais a acrescentar ao ponto em análise, a ata em apreço foi colocada à votação tendo sido aprovada com 6 votos a favor (**PPD/PSD-CDS/PP-PPM**), 5 abstenções (4 do **PS** e 1 do **CEM**) e 1 voto contra (**PS**), tendo o Presidente da Assembleia dito que, ainda que determinado deputado não tenha estado presente na sessão mas tenha sido substituído, a participação na votação terá que ser aceite pois é a posição do partido que é considerada e não a posição individualizada dos deputados que é apreciada. Desta forma, só o partido **CDU** é que não participa na votação porque na reunião em questão não teve qualquer representação. -----

----- Dando continuidade à sessão, o Presidente da Assembleia apresentou o **ponto 2** da ordem de trabalhos – **Apreciação e votação da Ata n.º 20 – Mandato de 2013-2017, da Sessão Extraordinária de 02 de Março de 2017**, e perguntou aos deputados se queriam fazer alguma intervenção. Não havendo nada a esclarecer, colocou de imediato a ata à votação tendo sido aprovada com 12 votos a favor (6 do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM**, 5 do **PS** e 1 do **CEM**) e 1 abstenção da **CDU**. -----

----- Passando ao **ponto 3 – Proposta n.º 1 – Revisão Orçamental n.º4 – Diminuição de dotação nas rubricas 07.01.04.01.05. Águas soltas na Travessa Pascoal Fernandes (Lameações) do Orçamento da Despesa e 10.05.01.01.08. Água soltas na Travessa Pascoal Fernandes (Lameações) do Orçamento da Receita**, deu a palavra à Presidente da Junta para que prestasse os esclarecimentos que entendesse por necessários. Assim, esclareceu que a revisão orçamental em questão respeita a uma correção necessária realizar ao orçamento, uma vez que o valor de 1.644,67€ já havia sido recebido e pago em 2016, mas em data posterior à aprovação do orçamento para 2017. Não havendo questões a levantar, o ponto 3 foi colocado à votação tendo sido aprovado com 8 votos a favor (6 do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM**, 1 do **CEM** e 1 da **CDU**) e 5 abstenção do **PS**, que quis justificar o seu sentido de voto, dizendo que queria manter a mesma posição assumida aquando da votação do orçamento para 2017. -----

----- De imediato se passou ao **ponto 4 – Proposta n.º 2 – Revisão Orçamental n.º5 – Diminuição de dotação nas rubricas 07.01.04.01.03.01. Espírito Santo - 1.ª Fase (Nogueira) do Orçamento da Despesa e 10.05.01.01.03. Rede de águas pluviais Espírito Santo (Nogueira) - 1.ª fase do Orçamento da Receita**, e a Presidente da Junta disse que esta revisão se deve ao mesmo motivo da revisão anterior, isto é, há correção necessária realizar ao orçamento, uma vez que o valor de 13.855,01€ já havia sido recebido e pago em 2016, mas em data posterior à aprovação do orçamento para 2017. Não havendo questões a levantar, o ponto 4 foi colocado à votação tendo sido aprovado com 8 votos a favor (6 do *PPD/PSD-CDS/PP-PPM*, 1 do *CEM* e 1 da *CDU*) e 5 abstenção do *PS*, que uma vez mais disse que manteria a mesma posição assumida aquando da votação do orçamento para 2017. -----

----- No **ponto 5 – Proposta n.º 3 – Apreciação e votação do Inventário e dos Documentos de Prestação de Contas de Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, relativos ao ano de 2016**, o Presidente da Assembleia passou novamente a palavra ao Executivo, que na pessoa da sua Presidente, disse que os documentos haviam sido distribuídos atempadamente para análise, pelo que se colocou à disposição dos deputados para quaisquer esclarecimentos. Assim sendo, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao *PS* que se congratulou com o facto de a Junta de Freguesia ter aceite as sugestões de alterações por si sugeridas, referiu que achava que o documento era muito extenso e disse que tinha dúvidas relativamente ao Inventário apresentado. Assim, o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes disse que, no seu entendimento, havia uma sobrevalorização do património e havia muitas rubricas valoradas em zero, tendo indicado que o documento do Inventário deveria ser retificado. -----

----- A Deputada Susana Rafaela Ferreira Leite disse que a mensagem inicial da Presidente introduzida no Documento de Prestação de Contas lhe parecia campanha política, que a introdução das competências legais da Junta era desnecessária e solicitou esclarecimentos sobre várias informações apresentadas ao longo do relatório de gestão nomeadamente acerca da resolução das reclamações/sugestões de melhorias apresentadas pelos cidadãos, das ações de informação realizadas pelo GIP (Gabinete de Inserção Profissional), as aulas de inglês aos alunos do pré-escolar e ao programa *PULSAR*. No que respeita aos documentos contabilísticos disse que o quadro que apresenta a receita em termos evolutivos desde 2013 facilita a interpretação dos quadros finais, e perguntou se não havia uma duplicação da rubrica relativa à limpeza, pois disse ter verificado a existência da rubrica *02010403 – Material de Limpeza e Higiene – Edifícios* e *020202. Limpeza e higiene*. Para terminar, perguntou acerca da heráldica da Freguesia (no âmbito da rubrica *02022508. Concurso de Ideias "Nova Heráldica"*), tendo feito referência ao facto de nunca ter aprovado em Assembleia o símbolo utilizado para representar a união de Freguesias. -----

----- Às questões levantadas, o Executivo – na pessoa da Presidente e na pessoa do Tesoureiro da Junta – respondeu que no que respeita à mensagem inicial da Presidente ela entendeu, em consciência, de que sendo este o último documento que apresentaria relativo ao mandato que se encontra a terminar, este era o momento para fazer o balanço de toda a atividade desenvolvida. A mensagem é apenas um momento de reflexão e só apenas isso. Relativamente

à indicação das competências legais da Junta, foi dito que a mesma serve para consciencializar a Assembleia acerca dos recursos necessários à execução das competências acometidas à Junta (pois na última sessão ordinária, havia sido afirmado de que os recursos humanos existentes era excessivo); no que concerne à resolução das reclamações/sugestões de melhorias apresentadas pelos cidadãos, foi dito que a maior parte foi resolvida; as ações de informação realizadas pelo GIP incluem as sessões coletivas e os atendimentos individuais, mas aparte isso, foi referido que os números relativos às colocações de emprego (45 no tal) é um indicador importante de todo o trabalho de excelência desenvolvido pela Técnica de Emprego; as aulas de inglês aos alunos do pré-escolar, à semelhança do que já acontece desde 2014, são oferecidas pela Junta a todas as crianças que frequentam os jardins-de-infância da freguesia, como disciplina de enriquecimento curricular. O programa PULSAR é uma iniciativa do Município de Braga, que conta com a participação da Junta – na cedência, a título gratuito do Pavilhão de Lameiras – para o desenvolvimento de uma atividade física adaptada a doentes oncológicos. Em resposta às questões de natureza contabilística foi dito que não há duplicação de qualquer rubrica pois a 02010403 – Material de Limpeza e Higiene – Edifícios respeita ao material adquirido para os diversos edifícios e a rubrica 020202. Limpeza e higiene respeita à prestação de serviços de limpeza dos diversos espaços da Freguesia. Na questão da heráldica foi explicado que efetivamente ainda não foi lançado o concurso de ideias e que a utilização do símbolo/imagem comercial não precisa da autorização da Assembleia de Freguesia, tendo sido dito, a título de exemplo, que o símbolo do arco da porta nova utilizado pelo Município de Braga também não foi aprovado em Assembleia Municipal. -----

----- Terminados estes esclarecimentos o Deputado Luís Carlos Ferreira Fernandes do **PS** congratulou a Junta pois os documentos apresentados eram elucidativos e clarificadores, há exceção do Inventário que entendia necessitar de correções. No que respeita à análise do desempenho da Junta, disse que ao nível receita corrente o ano tinha corrido bem pois superaram-se as previsões, já ao nível da receita de capital ficou-se muito aquém do esperado. Terminou a sua intervenção perguntando se existia o mapa de *Demonstração de Resultados*. –

----- A esta intervenção, o Tesoureiro da Junta disse que concordava com o senhor deputado e que, efetivamente, as receitas correntes são, na sua maioria, as receitas próprias da Junta e tinham sido superiores às previsões, no entanto, as de capital, como dependem exclusivamente de terceiros, não tinham atingido nem metade do esperado. À questão relativa ao mapa de Demonstração de Resultados, respondeu que ele existiria no ano seguinte. -----

----- A Deputada Bárbara Seco de Barros da **CDU** pediu a palavra para dizer que os documentos apresentados são elucidativos e que no respeito à receita, do ponto de vista das transferências provenientes da Administração Local e Central, há muitas limitações e as verbas transferidas são claramente insuficientes, considerando a dimensão da união de Freguesias, tornando difícil responder a todos os problemas apresentados. Continuou dizendo que esta situação não é exclusiva da Freguesia mas também se verifica ao nível do Município, que os impostos são muito altos e que está na altura de se fazerem análises mais profundas de forma a desonerar quem mais contribui. -----



----- O Deputado André Manuel Gomes de Matos do **CEM**, no seu período de intervenção disse que também achou despropositada a mensagem da Presidente, considerando-a eleitoralista, concordou com a inutilidade da referência legal das competências da autarquia e disse ser um exagero haver 3 colaboradores adstritos à área da informática, tendo solicitado um esclarecimento acerca desta situação, nomeadamente à forma de exercício destas funções. Falou no Inventário dizendo que podia ser melhorado e disse constatar que, desde o início do mandato, pouco ou nada havia sido feito pois o documento do Inventário continua a apresentar imprecisões, erros e falta de informação. No que respeita ao relatório, disse que estava bem explanado e pediu esclarecimentos acerca das seguintes situações: à atribuição de subsídios anuais às coletividades, aos valores despendidos no projeto "Piscina" e à rentabilidade do Campo de Ténis. -----

----- Em resposta à questão levantada, o Tesoureiro da Junta disse que a Freguesia tem 3 pólos a funcionar simultaneamente e em rede, e um desses funcionários está quase exclusivamente adstrito à manutenção da rede informática para que tudo funcione normalmente. Acrescentou que, para além disto, eles são responsáveis pelas formações na área de informática lecionadas à população sénior da Freguesia e pelo levantamento de informação e estudos que auxiliam o Executivo na gestão da Freguesia. No que respeita às questões levantadas acerca dos subsídios, disse que em 2016 não foram atribuídos os valores habituais – sendo a taxa de execução dos mesmos muito baixa – o que se deveu ao facto de as coletividades terem tido dificuldade em cumprir com os requisitos constantes no regulamento criado para a sua atribuição. Acrescentou que, assim que sejam cumpridos os critérios e forem pagos os apoios, que os mesmos serão divulgados. Dos valores pagos em 2016 disse que foram pagos 500,00€ ao Agrupamento 426 CNE – Lameiras, relativos ao subsídio anual de 2015; 400,00€ à Associação Guias de Portugal relativos ao subsídio anual de 2015; 1.250,00€ e 850,00€ ao Rancho Folclórico S. João Batista de Nogueira relativos ao subsídio anual de 2016 e subsídio extraordinário, respetivamente; 108,68€ à comissão organizadora da Festa do Zirra – Lameiras e 108,68€ à comissão organizadora das Festas S. Tiago de Fraião – Fraião. -----

----- Disse que os valores despendidos no projeto "Piscina" respeitam às despesas pagas com o funcionamento da piscina, nomeadamente às bolsas pagas aos vigilantes e restante pessoal (nadadores-salvadores e responsáveis das bilheteiras). Por último, referiu que como atualmente o campo de ténis não tem sido utilizado, não tem qualquer receita associada. -----

----- Terminado este esclarecimento, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Deputado Eduardo Filipe Barbosa de Araújo da **Coligação Juntos por Braga** que congratulou o Executivo pelos documentos apresentados, na medida em que entende que são esclarecedores e transparentes e referiu ainda a disponibilidade da Junta na clarificação das dúvidas apresentadas pela Assembleia. Antes de terminar a sua intervenção, fez referência ao documento do Inventário dizendo que deve ser melhorado e que as sugestões da Assembleias devem ser consideradas pois têm fundamento. -----

----- Não havendo mais nada a acrescentar nem esclarecimentos a proferir, **Ponto 5 – Proposta n.º 3 – Apreciação e votação do Inventário e dos Documentos de Prestação de Contas de**

Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameiras, relativos ao ano de 2016 foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 6 votos a favor do **PPD/PSD-CDS/PP-PPM**, 1 abstenção da **CDU** e 6 votos contra (5 do **PS** e 1 do **CEM**). Considerando a existência de um empate na votação, o Presidente da Assembleia exerceu o seu direito utilizando o voto de qualidade, permitindo a aprovação do ponto 5. -----

----- Dando seguimento à sessão, o Presidente da Assembleia apresentou o **Ponto 6 – Proposta n.º 4 – Revisão Orçamental n.º 6 – Incorporação do saldo da gerência de 2016 na gerência de 2017** e passou a palavra ao Executivo que esclareceu que a revisão em análise respeita à inclusão do saldo da gerência de 2016 na gerência de 2017. -----

----- Terminada esta explicação, o Presidente da Assembleia perguntou aos grupos parlamentares se tinham alguma questão a colocar acerca deste ponto, e não havendo nenhum esclarecimento a proferir, colocou-o à votação que foi aprovado com 8 votos a favor (6 da **Coligação Juntos por Braga**, 1 da **CDU** e 1 do **CEM**) e 5 abstenções do **PS**. -----

----- Dando seguimento à sessão, o Presidente da Assembleia apresentou o **ponto 7 – Informações da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Autarquia**, e passou de imediato a palavra à Presidente da Junta. -----

----- A Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dizendo que as informações da Autarquia já haviam sido distribuídas pelos deputados, pelo que se colocaria à disposição para quaisquer esclarecimentos. Acrescentou que, se o público presente estivesse interessado em conhecer a informação que a disponibilizaria, pois como era muito extensa (composta por 5 páginas) seria complicado fazer a sua leitura. -----

----- Terminada esta exposição, o Presidente da Assembleia perguntou aos deputados se alguém gostaria de intervir neste ponto, e não havendo nada a esclarecer, passou de imediato ao **ponto 8 – Outros assuntos**, tendo perguntado se, para além dos assuntos já debatidos, havia mais alguma questão a ser abordada. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente da Assembleia leu a votação individual de cada um dos pontos da ordem de trabalhos sujeitos à votação e pediu a aprovação da ata em minuta, o que foi aceite. Agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, da qual se lavrou a presente ata, constituída por 11 páginas e 8 documentos anexos, devidamente numerados e rubricados pelo Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Assembleia de Freguesia. -----

----- Presidente: _____

----- Primeiro Secretário: _____

----- Segundo Secretário: _____